GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIA DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
E DA IGUALDADE

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 3916 **ENT.:** 3384 **PROC. Nº:**	20/07/2015

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1963/XII/4.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 1508/2015, datado de 20 de julho, remetido pelo Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Palácio de São Bento (A.R.) 1249- 068 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 392 05 00/06 **FAX** 21 392 05 15 **EMAIL** gabinete.seapi@pcm.gov.pt **www.portugal.gov.pt**

Of. N.: 1508/2015
Data: 20-07-2015

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 3384
Data: 20-07-2015

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA Nº: ENT.: PROC. Nº:	DATA

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 1963/XII/4ª, de 19 de junho de 2015 - Resposta ao efeito do fim das quotas leiteiras na RA Açores.

Em resposta à Pergunta n.º 1963/XII/4ª, de 19 de junho de 2015, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura e do Mar (MAM) de informar V. Exa. do seguinte:

O desmantelamento das quotas leiteiras foi decidido pelo Conselho na reforma da PAC de 2003, tendo no *health check* de 2008 sido definidas as condições para a denominada "aterragem suave" (com aumentos sucessivos das quotas nacionais), sendo de salientar que nesse momento Portugal não se opôs ao processo de desmantelamento.

Já no quadro da discussão da revisão da PAC, em sede de várias instâncias, nomeadamente o Conselho de Ministros da Agricultura, o Governo de Portugal tentou reverter esta posição opondo-se à decisão do fim do regime de quotas leiteiras em 2015 por considerar que, com custos muito reduzidos para o orçamento da União Europeia, estas deram provas enquanto instrumento eficaz de regulação do sector.

Por outro lado, ciente da dificuldade em reverter aquela decisão, Portugal dinamizou a reflexão sobre o futuro do sector, tendo apresentado propostas concretas que assegurariam algum nível de regulação no período pós-quotas, nomeadamente a adoção de um Balanço de Aprovisionamento UE, com base nas necessidades indicadas pela indústria, que permitiria repercutir os efeitos da ultrapassagem nos EM que contribuíssem para um eventual desequilíbrio.

O Governo de Portugal procedeu também, ao abrigo das disposições previstas no chamado "Pacote-leite" (R261/2012), e de acordo com o interesse demonstrado pelos representantes do sector, à instituição da contratação obrigatória para efeitos de compra e venda de leite cru, procurando com este instrumento contribuir para uma maior previsibilidade, transparência e equilíbrio das relações entre produtores, intermediários e transformadores.

Portugal, desempenhou um papel proactivo no âmbito da discussão do futuro do sector leite após março de 2015, data prevista para o fim do regime de quotas leiteiras. Entre as iniciativas tomadas sublinha-se a realização, por iniciativa da Representação Permanente de Portugal (REPER), de uma reunião com congéneres de outros EM, onde foram apresentadas propostas que visavam assegurar um grau significativo (embora menor) no quadro pós-quotas. Tais propostas, para além do já abordado balanço de aprovisionamento, ancoravam-se, em alternativa a este, na existência de uma chave de repartição que consignava um *plafond* a cada EM (a exemplo do que sucede noutros regimes, como a fruta escolar) ou um referencial "simples" de produção UE.

Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 323 48 47 FAX + 351 46 06 EMAIL gabinete.ministro@mam.gov.pt www.portugal.pt

Deve ser sublinhado que a Região Autónoma dos Açores tem no chamado Programa POSEI um instrumento específico de apoio à agricultura açoriana e, muito em particular, ao sector do leite, que, em virtude da oposição de PT e de outros EM, não foi objeto de redução orçamental face ao anterior Quadro Comunitário.

O Governo de Portugal, no quadro das suas relações institucionais com as autoridades regionais dos Açores, mantém um contacto permanente com as mesmas, sendo também, com regularidade, efetuadas visitas, audiências e troca de pontos de vista sobre as matérias relevantes para o sector agroalimentar da Região Autónoma dos Açores e, em particular, sobre o sector do leite. Neste contexto, as autoridades regionais conheciam e apoiaram a defesa da manutenção do regime de quotas leiteiras e o empenho do Governo de Portugal na manutenção de regulação do sector após o fim do regime de quotas.

Os países com regiões ultraperiféricas (RUP's) mantêm contacto regular sobre os temas respeitantes a estas, nomeadamente no quadro do grupo informal "Grupo dos Amigos do POSEI" pelo que quaisquer problemas e questões específicas que se coloquem neste âmbito serão seguramente objeto de uma apreciação e discussão articulada, procurando a defesa de interesses comuns. De resto, tal articulação já se revelou, num passado recente, particularmente frutuosa na solução de problemas relativos a uma produção comum à maioria das RUP's: a banana.

Deve contudo ser enfatizado que o Governo de Portugal preconiza a formação de parcerias e consensos muito para além dos países com RUP's, sendo disso exemplo a recente formação de uma minoria de bloqueio, que reúne cerca de uma dezena EM e que impediu, em sede de Conselho de Ministros da Agricultura, a alteração do fator de correção da gordura das entregas, que seria muito prejudicial a países como PT e a regiões como a Região Autónoma dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins

Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 323 48 47 FAX + 351 46 06 **EMAIL** gabinete.ministro@mam.gov.pt **www.portugal.pt**